

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO – CICP/SESGO, DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS.**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2022- SES/GO  
PROCESSO Nº 202100010000964**

**INSTITUTO SALUT GESTÃO EM SAÚDE – ISGS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 21.478.588/0001-63, constituído na forma de associação civil sem fins lucrativos, qualificado como Organização Social no âmbito da Saúde do Estado de Goiás, pelo Decreto nº 8.502/2015, localizado na Av. Olinda, Qd. H-4, Lt. 01/03, nº 960, Sala 2108-B, 21º andar, Ed. Torre Comercial II, Park Lozandes, Goiânia/GO, CEP 74.884-120, neste ato representado por seu Presidente, **HENYFLAVIO SILVA DE ARAÚJO**, casado, engenheiro civil, CPF sob o nº 859.924.881-20, residente e domiciliado na Av. Marialva, nº 286, Qd. 18, Apto 1.903, Bloco 1, Residencial Spazio Di Lorenzo, Vila Rosa, Goiânia/Go, vem no prazo legal, apresentar

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

interposto pelo **INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO - IGH**, nos autos do processo de Chamamento Público 06/2022, devidamente qualificado, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

**1. RESUMO FÁTICO**

Em suas razões recursais argumenta o recorrente que a documentação apresentada pelo ISGS para habilitação ao chamamento público não atendeu as disposições contidas no item 5.3 do Edital, porquanto, apresentada em cópias sem autenticação.

Aponta que o envelope de documentos para habilitação ao chamamento público foi instruído com cópias sem autenticação dos documentos a seguir relacionados: a) ata

de aprovação da proposta pelo Conselho de Administração; b) ata de eleição da atual diretoria; c) relação de associados.

Apresenta considerações quanto a exigência de autenticação da documentação apontada para a habilitação ao chamamento público, postulando, ao final, pela reforma que habilitou o ISGS, pelas razões declinadas.

*A priori*, é importante registrar que, em face ao princípio da adstrição, compete aos participantes do processo de licitação atuar em estrita conformidade com a lei, a finalidade e interesse público, respeitando-se os princípios basilares de regência da Administração Pública insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, art. 3º da Lei 8.666/93, art. 5º da Lei 14.133/2021, art. 5º da Lei 12.846/2013 e art. 2º da Lei 13.800/01 e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, que lhes impõe a observância das normas estabelecidas no Edital, posto que este substancializa os preceitos constitucionais e infraconstitucionais de regência da licitação.

No processo de licitação, como nos demais atos da Administração Pública, exige-se dos agentes públicos boa fé, licitude, eficiência, transparência e economicidade em sua atuação.

O Edital do presente Chamamento Público ao dispor sobre o Envelope 01 – Documentação de Habilitação item 5.3, estabelece que o envelope deve conter, em original ou cópia os documentos elencados, na ordem prevista, observado o inciso II do art. 3º da Lei 13.726/2018.

Observa-se que o Edital do Chamamento Público, primando pela racionalização, supressão ou a simplificação dos atos e procedimentos da Administração Pública, visando a eficiência e economicidade propulsores do processo de licitação, imprimidos pela Lei 13.726/2018, em seu art. 3º, inciso II, dispensou a exigência de autenticação da cópia dos documentos necessários a habilitação, observada a ordem estabelecida.

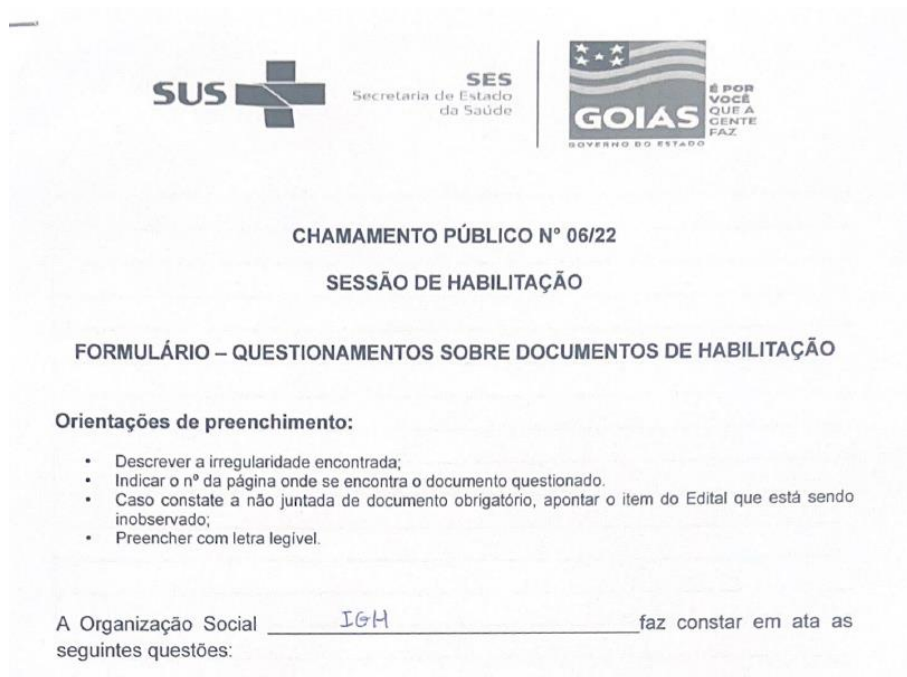
O Edital, contrariamente, as alegações do Instituto recorrente, não exigiu que o envelope 01 da habilitação fosse instruído com cópias autenticadas dos documentos necessários a participação do chamamento público, ao contrário, dispensou a sua

autenticação ao determinar que fosse observado o inciso II do art. 3º da Lei 13.726/2018.

Não obstante a dispensa de autenticação pelo Edital dos documentos relacionados no item 5.3, a ata de aprovação da proposta pelo Conselho de Administração, foi apresentada com o devido registro no cartório e a ata de eleição da atual diretoria e a relação de associados, bem como, o seu Estatuto, foram autenticados pelo ISGS junto ao Cartório competente. Portanto, apresentados em consonância ao Edital.

Por outro lado, a matéria já foi decidida pela Comissão Interna do Chamamento Público, em impugnação feita pelo Instituto recorrente, quando da abertura do Envelope 01. Trata-se, portanto, de matéria consolidada, ato jurídico perfeito segundo a lei vigente, com efeito imediato e geral, revestido pelo direito adquirido e a coisa julgada administrativa, insuscetível de recurso por preclusão consumativa.

A respeito da impugnação, consignou a Comissão Interna do certame **“que os apontamentos realizados na sessão de julgamento foram devidamente enfrentados por essa Comissão, merecendo prosperar apenas os itens acima evidenciados”** (in Resultado Preliminar HERSO Processo 202100010000964), restando a matéria alcançada pela parte dispositiva em referência.



O formulário é um documento oficial do SUS (Secretaria de Estado da Saúde) do Estado de Goiás. No topo, há logotipos do SUS, da SES e do Governo do Estado de Goiás. O título principal é "CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/22" seguido por "SESSÃO DE HABILITAÇÃO". Abaixo, especifica-se "FORMULÁRIO – QUESTIONAMENTOS SOBRE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO".

**Orientações de preenchimento:**

- Descrever a irregularidade encontrada;
- Indicar o nº da página onde se encontra o documento questionado.
- Caso conste a não juntada de documento obrigatório, apontar o item do Edital que está sendo inobservado;
- Preencher com letra legível.

No rodapé, há um campo para a assinatura da Organização Social, onde "IGH" foi preenchido, seguido pelo texto "faz constar em ata as seguintes questões:".

Em relação a OS ISGS:

O Estatuto apresentado, assim como o da IPGSE, traz múltiplas formulações de Conselho de Administração, inclusive a possibilidade de Conselho Específico de Goiás, a despeito da OS ser sediada neste mesmo Estado (Goiânia/GO).

A OS apresentou, junto ao SPED, folhas de documento diverso (página 107 e seguintes), correspondentes à transcrição de documentos estranhos à escrituração digital. Além disso, o SPED não foi assinado pelo representante da OS, não havendo comprovação dos poderes de quem o assinou na qualidade de representante legal da OS. (Pag. 100)

O documento do CRM não comprova a regularidade da inscrição (pag. 128).

O documento de aprovação do Conselho e a Ata de Eleição ~~foram~~ não são cópias autenticadas.

A Relação de Associados não é cópia autenticada (fl. 145)

08/12/2022 13:20

SEI/GOVERNADORIA - 000035363713 - Resultado

Secretaria de  
Estado da  
Saúde



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE

## RESULTADO

RESULTADO PRELIMINAR HERSO  
PROCESSO Nº 202100010000964

Destaca-se que os apontamentos realizados na sessão de julgamento foram devidamente enfrentados por essa Comissão, merecendo prosperar apenas os itens acima evidenciados.

Portanto, cuidando-se de matéria consolidada, revestida por ato jurídico perfeito e coisa julgada administrativa, a pretensão recursal manifesta fraude processual, litigância de má fé, constituindo medida meramente protelatória, contrária ao interesse público, a eficiência e economicidade da licitação, suscetível de aplicação das sanções pelas infrações administrativas praticadas, *ex vi* das disposições do art. 155, incisos X, XI e XII e art. 156 da Lei 14.133/2021, art. 15 e art. 80, incisos II, III e VII, ambos do Código de Processo Civil.

Assim, não remanesce qualquer dúvida que o ISGS com a documentação apresentada atende aos critérios objetivos para a sua habilitação estabelecidos no item

**INSTITUTO SALUT GESTÃO EM SAÚDE**

Avenida Olinda Quadra H-4, Lote 01/03, nº 960, Sala 2108-B, 21º andar, Ed. Torre Comercial II,  
Lot.Park Lozandes, Goiânia-Goiás, CEP 74884-120

[institutosalut@gmail.com](mailto:institutosalut@gmail.com)

5.3 do Edital do presente chamamento público.

Ao teor do exposto, pede-se o improvimento integral do presente recurso, com aplicação ao Instituto recorrente das sanções previstas no art. 156 por infração ao art. 155, incisos X, XI, XII da Lei 14.133/2021 e art. 80, incisos II, III e VII do Código de Processo Civil.

Termos em que,  
Pede-se deferimento.

Goiânia, 21 de dezembro de 2022.

**HENYFLÁVIO SILVA DE ARAÚJO**  
Diretor Presidente do ISGS